

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE DOUTORADO

Edital n° 06/2022-PPGH
Seleção para o Doutorado em História
para estudantes autodeclarados indígenas e
quilombolas – turma 2023.1

Av. da Universidade, 2762 – Benfica
Prédio da Comunicação Social – 1º andar
Fortaleza – CE
CEP 60020-180
Tel. (85) 33667741
www.ppgh.ufc.br E-mail: pghist@ufc.br

A Universidade Federal do Ceará torna pública a abertura das inscrições para as provas de seleção ao Programa de Pós-Graduação em História, para ingresso em **2023**, em nível de **DOUTORADO**, para preenchimento de até duas 02 (duas) vagas, sendo uma para candidato autodeclarado indígena e uma para candidato autodeclarado quilombola, de acordo com decisão do colegiado tomada em reunião do PPGH em 30 de agosto de 2019, seguindo as recomendações do Documento da Area 40 (História), da Capes, e conforme a **PORTARIA N° 13/PRPPG/UFC, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**.

O Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em **História Social**, possui três linhas de pesquisa: **Cultura e Poder, Trabalho e Migrações, Memória e Temporalidade** (vide Anexo 1).

O Curso é **credenciado e recomendado** pela CAPES. Recebe bolsas da **CAPES e FUNCAP**.

1 – Das Inscrições

a) As inscrições poderão ser realizadas no período de **04 a 20 de outubro de 2022**.

b) As inscrições serão realizadas em duas etapas, exclusivamente, via internet:

- Etapa 1 - cadastro no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFC, disponível no site www.si3.ufc.br/sigaa/public (aba Processos Seletivos - stricto sensu/acessível apenas no navegador Mozilla Firefox), no período de 04 a 20 de outubro de 2022, e submissão eletrônica de arquivo único (em formato PDF) anexado ao Sistema SIGAA no ato da inscrição online, através do botão “selecionar arquivo”. O arquivo não deverá ultrapassar 15MB. Este arquivo deverá conter os documentos escaneados, listados no item 1.3, sem necessidade de qualquer tipo de autenticação, porém legíveis e sem rasuras;

- Etapa 2 – Envio para o e-mail **ppgh.ufc.edital@ufc.br** de Carta de Intenções de Estudo e proposta de pesquisa juntamente comprovante de inscrição emitido pelo sistema Sigaa, em pdf, **em arquivos separados**, no mesmo e-mail. A Carta de Intenções deve ser elaborada conforme orientado no Anexo 4, deste edital, identificada somente com o número gerado pelo sistema no momento da inscrição online acompanhada da palavra “Mestrado - Carta”, sem nome do candidato, nem no texto, nem no arquivo. A Carta, a proposta de pesquisa e o comprovante deverão ser enviados para o e-mail **ppgh.ufc.edital@ufc.br**, até às 23h59 do dia 20 de outubro de 2022.

c) Não será aceita, em qualquer hipótese, a realização de inscrição condicional, nem a entrega ou juntada de documentos, após envio da documentação via internet, ou caso o candidato tenha cadastrado documentos no sigaa no edital equivocado;

Observação: A homologação da inscrição do candidato está condicionada ao cumprimento de todas as exigências constantes do Edital. As informações relativas ao deferimento/indeferimento das inscrições serão fornecidas via *e-mail*, sendo de inteira responsabilidade do candidato o cadastro de um *e-mail* válido no formulário eletrônico de inscrição desse processo seletivo.

IMPORTANTE:

O Programa não se responsabiliza pela ausência de recebimento de solicitação de inscrição via internet por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados pelos(as) candidatos(as) dentro do prazo estabelecido no item 1.

O candidato deverá enviar dois documentos: uma carta explicitando as motivações, expectativas e interesse do candidato no curso de mestrado do Programa de História; uma proposta de pesquisa com sistematização do tema, dos problemas e da bibliografia, apresentação e conhecimento das fontes e argumentação sobre a linha de pesquisa escolhida na inscrição.

1.1– Poderão inscrever-se os candidatos diplomados em **cursos de mestrado de duração plena** em História ou em áreas afins, credenciados e reconhecidos pelo Ministério da Educação.

1.2 Poderão inscrever-se para esta seleção apenas pessoas autodeclaradas quilombolas ou indígenas residentes no Brasil. A adesão ao programa será de forma voluntária por meio do preenchimento de autodeclaração conforme o modelo do Anexo 5 ou 6;

1.3 – O/a candidato à seleção deverá formular o pedido de inscrição via internet instruído dos seguintes **documentos**:

1.3.1 – Histórico Escolar da Graduação e do Mestrado.

1.3.2 – Formulário de autodeclaração (Anexo 5 ou 6).

1.3.3 – Carta da comunidade indígena e/ou cartas de organizações indígenas apresentando o/a candidato/a indígena e ou Carta da comunidade quilombola e/ou cartas de organizações quilombolas apresentando o/a candidato/a quilombola. A carta deverá ser assinada por uma liderança que fornecerá seus dados (nome, função e contato (número do telefone fixo/celular).

1.3.4 – Cópia legível e sem rasura do Diploma de Mestrado (frente e verso), expedido

por instituição reconhecida, ou a declaração de conclusão dos créditos e defesa de dissertação, fornecida pela instituição responsável, caso o diploma não tenha ainda sido expedido.

1.3.5 – Cópia do cartão de CPF ou comprovante obtido no site <http://www.receita.fazenda.gov.br>.

1.3.6 – Cópia legível e sem rasura de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou documento militar).

1.4 – Envio de Carta de Intenções de Estudo e proposta de pesquisa para o e-mail **ppgh.ufc.edital@ufc.br** no formato PDF. Enviar, também, em arquivo separado, formato pdf, no mesmo e-mail, comprovante de inscrição gerado/emitido pelo sistema SIGAA (<http://www.si3.ufc.br/sigaa/public> – aba Processos Seletivos stricto sensu), após preenchimento de formulário eletrônico;

1.4.1- A não apresentação da Carta de Intenções de Estudo e da proposta de pesquisa no momento da inscrição, implicará na exclusão automática do/a candidato/a do processo seletivo. Para os candidatos ao curso de Doutorado, o texto deverá ter no máximo 8 (oito) páginas, conforme orientação apresentada no **Anexo 4**;

Observação 1: Só serão aceitos pedidos de inscrição que estiverem com a documentação completa e forem encaminhados dentro do período definido do Edital.

Observação 2: Serão desclassificados os candidatos cujas Cartas não respeitarem as especificações indicadas no Anexo 4.

1.5– A documentação enumerada nos itens 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, 1.3.4, 1.3.5, 1.3.6, deste edital deverá ser digitalizada e enviada em um único arquivo (formato PDF) no ato da inscrição *on line*, através do botão “selecionar arquivo”. ATENÇÃO: o arquivo não deverá ultrapassar 15 MB, caso contrário o sistema recusa o *upload*.

1.6– O candidato deverá preencher e atualizar o Curriculum Vitae na Plataforma Lattes-CNPq (<http://lattes.cnpq.br>), até o fim da primeira etapa do processo de seleção. Caso seja necessário avaliar critérios de desempate, como descrito no anexo 3, a banca recorrerá ao currículo. Não será exigida comprovação do mesmo.

1.7– Os atos administrativos a serem praticados ao longo do processo seletivo (inscrição, pedido de vista, apresentação de recursos, fornecimento de documentos e formulação de requerimentos diversos) podem ser realizados por procurador constituído pelo candidato, mediante procuração simples.

1.8– Candidatos com necessidades especiais poderão solicitar condições especiais para realização dos exames de seleção, assinalando na Ficha de Inscrição Complementar (a qual vem anexada à Ficha de Inscrição principal) as condições especiais que necessitam para a realização da seleção. Após o deferimento da inscrição, a Comissão de Seleção entrará em contato com esses candidatos para esclarecimentos e informações.

Observação: O atendimento às condições solicitadas no requerimento de atendimento especial ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

1.9 - Conforme Resolução No 14/CEPE, DE 16 DE OUTUBRO DE 2013 (<http://www.prppg.ufc.br/wp-content/uploads/2016/12/resolucao14-cepe-2013.pdf>), Art. 1º, item III, elimina-se qualquer exigência de autenticação dos documentos.

Observação 1: A conferência da documentação necessária à inscrição é de plena responsabilidade do(a) candidato(a), pois não será permitida a juntada de documentos comprobatórios após a inscrição; - As declarações de conclusão/concludente de que trata o item 1.3.2 deverão apresentar a indicação de que o candidato concluirá o curso de Mestrado até o período de matrícula do semestre 2023.1. Só poderão se matricular no semestre letivo 2023.1 do Programa de Pós-Graduação em História os(as) alunos(as) que, aprovados(as) e classificados(as) no processo seletivo dentro das vagas, comprovarem, por meio da documentação pertinente, ter concluído o Mestrado até a data da matrícula no referido curso.

Observação 2: No ato da inscrição, o candidato receberá um número de identificação gerado pelo sigaa, através do qual acompanhará os resultados das etapas do processo seletivo. A correspondência do número de identificação com o candidato será conhecido apenas pela Secretaria do Programa e será utilizado para manter seu anonimato durante a análise do mérito do projeto de pesquisa (2ª etapa).

Observação 3: O deferimento do pedido de inscrição do(a) candidato(a) está condicionado à observância de todos os procedimentos descritos no item 1.2, no 2º artigo, e à apresentação de todos os documentos relacionados no item 1.3 dentro do período definido neste edital. Os resultados relativos ao deferimento ou indeferimento das inscrições serão fornecidos a partir das 18h do dia 08 de dezembro de 2021, no site do Programa de Pós-Graduação em História – UFC <https://ppgh.ufc.br/pt/>

2 Das Vagas

Para a presente seleção serão oferecidas **2 (duas) vagas: 1 (uma) vaga** para candidato/a “Quilombola” e **1 (uma)** para candidato/a “Indígena”.

3- Da Seleção

A seleção constará de duas etapas:

3.1 Avaliação da Carta de Intenções de Estudo e proposta de pesquisa: etapa é **eliminatória**, com notas variando entre 0 e

10. A nota mínima para aprovação é sete (7). Serão avaliadas a adequação do tema e da abordagem à área de concentração e linha de pesquisa pretendida (0 - 4 pontos), a clareza na definição do objeto de investigação (0 - 4 pontos), a pertinência da bibliografia (0 - 1 ponto) e a atualidade das fontes (0 a 1 ponto), conforme descrito no anexo 3.

3.2- Arguição oral - Esta etapa é eliminatória terá duração de até 20 (vinte) minutos e será realizada através de videoconferência por link enviado ao candidato por e-mail. Será adotado um procedimento de gravação em áudio da arguição oral (via plataforma Google Meet). O candidato que discordar desta gravação será eliminado do processo seletivo.

3.3. Na data prevista, o(a) candidato(a) deverá estar online e ter respondido afirmativamente ao e-mail com as informações do link para a arguição. O PPGH não se responsabiliza por problemas de conexão.

3.4- Caso o(a) candidato(a) não atenda ao chamado na data e horário agendados, será dada tolerância de 10 minutos, ao final dos quais o candidato será automaticamente desclassificado(a).

3.5- A arguição oral consistirá na arguição do/a candidato/a pela Comissão de Seleção quanto aos seguintes itens: 1) a trajetória intelectual do candidato a partir das informações contidas na carta de intenções e no currículo e histórico escolar; 2) capacidade de articulação, clareza e consistência na argumentação. Esta etapa é eliminatória, sendo a nota mínima para aprovação 7 (sete), na escala de 0 (zero) a 10,0 (dez). Participam desta fase apenas os candidatos cujas Cartas de Intenção de Estudos foram pré-selecionadas. A avaliação do candidato na arguição observará os seguintes critérios: clareza e capacidade de articulação das ideias (0 a 4 pontos); demonstração de que os objetivos e procedimentos metodológicos da Carta de Intenção de Estudos e da proposta de pesquisa são adequados à área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História e à linha de pesquisa

escolhida pelo candidato (0 a 4 pontos); domínio das fontes utilizadas ou indicadas na Carta (0 a 1 ponto); domínio da bibliografia utilizada na Carta (0 a 1 ponto), conforme descrito no Anexo 3. Será adotado um procedimento de gravação em áudio da arguição. O candidato que discordar desta gravação será eliminado do processo seletivo.

Observação 1: As Cartas de Intenção de Estudos serão identificadas por meio do número de inscrição gerado/emitido pelo sistema, de forma a não permitir a identificação do candidato pelos membros da banca examinadora, impondo-se a desclassificação do candidato que assinar ou inserir qualquer marca ou sinal que permita a sua identificação.

Observação 2: Apenas após a atribuição das notas às Cartas de Intenção de Estudos, a banca examinadora terá acesso à identificação do candidato.

Observação 3: A banca examinadora responsável pela seleção dos candidatos será divulgada até 48 horas antes da publicação do resultado da análise das Cartas de Intenção de Estudos, no endereço eletrônico: <http://www.ppgh.ufc.br>, período no qual serão recebidas eventuais impugnações por parte dos candidatos. Será firmada pelos componentes da banca, antes do início do processo seletivo, constante de ata, declaração de inexistência de impedimento ou de suspeição, nos termos da legislação vigente, em relação aos candidatos participantes do processo seletivo.

Observação 4: A primeira etapa da seleção ocorrerá com banca formada a partir da Linha de Pesquisa, indicada pelo candidato no ato da inscrição. Nesta, o número máximo de aprovações para a próxima fase será o dobro do quantitativo de vagas ofertadas no presente edital. A segunda etapa da seleção ocorrerá com banca universal, formada por um representante de cada Linha de Pesquisa.

4 – Do Calendário das Provas

O processo de seleção ocorrerá no período de 04 de outubro de 2022 a 22 de dezembro de 2022.

Período de inscrições: 04 a 20 de outubro de 2022.

Resultado das inscrições deferidas e de heteroidentificação: 24 de outubro de 2022, a partir de 16h.

Interposição de recursos: 25 e 26 de outubro de 2022.

Respostas aos recursos: 27 de outubro de 2022.

Entrevistas dos optantes pela Política de Acesso Afirmativo pela banca de heteroidentificação: 31 de outubro e 1º de novembro de 2022.

Resultado: 2 de novembro de 2022, a partir de 16h.

Interposição de recursos: 2 e 3 de novembro.

Resposta aos recursos: 4 de novembro.

Resultado dos projetos aprovados: 30 de novembro de 2022, a partir de 16h.

Interposição de recursos: 1 e 2 de dezembro de 2022.

Respostas aos recursos: 5 de dezembro de 2022.

Arguições: 12 a 15 de dezembro de 2022.

Resultado: 16 de dezembro de 2022, a partir de 16h.

Interposição de recursos: 19 e 20 de dezembro de 2022.

Respostas aos recursos: 21 de dezembro de 2022.

Resultado da seleção: 22 de dezembro de 2022, a partir de 16h. Local: Site do Programa de Pós-graduação em História <https://ppgh.ufc.br/pt/>.

Interposição de recurso concernente ao resultado da seleção: 2, 3, 4, 5 e 6 de janeiro de 2023 (este dia até 17h).

Resposta ao recurso concernente ao resultado da seleção: 9 de janeiro de 2023 (este dia até 14h).

5– Da Classificação Final

5.1 – A nota final constitui indicador exclusivamente destinado à avaliação dos candidatos que participam de todas as etapas do processo seletivo.

5.2 – A nota final do candidato, na escala de 0 (zero) a 10,0 (dez), será obtida pela média das etapas do processo seletivo, atendendo ao item XXVI da Resolução 14/CEPE/2013.

5.3 – Só serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final não

inferior a 7,0 (sete), na escala de 0 (zero) a 10,0 (dez).

5.4 – Em caso de empate na nota final de dois ou mais candidatos, serão adotados os seguintes critérios de desempate, por ordem de relevância: nota da proposta de pesquisa; avaliação do currículo (vide Anexo 3).

5.5 – A proficiência em língua estrangeira deverá ser realizada dentro do primeiro ano do curso.

5.6 – A divulgação dos resultados finais indicará os nomes dos candidatos aprovados e dos suplentes, listados por ordem de classificação decrescente das notas finais apuradas, no endereço eletrônico <http://www.si3.ufc.br/sigaa/public>. Serão listados os candidatos “aprovados e classificados” ou “aprovados, mas não classificados” e também os “reprovados”, se for o caso, de acordo com a Resolução 14/CEPE/2013 em seu item XXVI.

5.7 – A data e horário previstos para divulgação do resultado são: **22 de dezembro de 2022, a partir de 16h.**

5.8 – As vagas serão preenchidas por ordem decrescente de classificação dos candidatos, obedecendo-se o limite de vagas ofertadas. Não tendo sido preenchida a única vaga de uma das duas categorias “Indígenas” ou “Quilombolas”, a vaga ociosa poderá ser preenchida por um candidato aprovado na outra categoria beneficiária da ação afirmativa do mesmo edital, vaga quilombola podendo ser ocupada por vaga indígena e vaga indígena podendo ser ocupada por vaga quilombola, obedecendo a ordem da classificação e a nota final.

5.9 – Será desclassificado o candidato que: a) não cumprir a qualquer uma das etapas do processo seletivo ou acessar o link indicado pela comissão fora do horário estabelecido; b) deixar de cumprir qualquer um dos itens deste Edital; c) usar ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a arguição; d) não apresentar a documentação exigida no prazo determinado.

6 – Informações Complementares

6.1 – À banca examinadora caberá decidir sobre as questões não previstas no presente edital.

6.2 Os (as) candidatos(as) aprovados(as) deverão apresentar comprovante de suficiência em duas

línguas estrangeiras (dentre elas inglês, francês ou espanhol), em nível instrumental, dentro do primeiro ano do curso, como critério de concessão posterior do diploma.

6.1 – Após a divulgação do resultado de cada etapa do processo seletivo, o candidato terá direito à interposição de recurso, atendendo às normas da UFC, no prazo de dois dias úteis a partir da divulgação do resultado da etapa, por meio de ofício enviado, dentro do prazo estabelecido, para o *e-mail* da seleção ppgh.ufc.edital@ufc.br

6.1.1 Período de interposição de recurso concernente à homologação das inscrições e data de resposta ao recurso, verificar no ponto 4 - Calendário da seleção. O recurso será efetuado mediante petição dirigida ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, por meio de ofício enviado, dentro do prazo estabelecido, para o *e-mail* da seleção ppgh.ufc.edital@ufc.br. A resposta será enviada para o *e-mail* cadastrado pelo candidato no formulário eletrônico de inscrição deste processo seletivo.

6.1.2 Período de interposição de recurso concernente ao resultado da banca de heteroidentificação e data de resposta ao recurso, verificar no ponto 4 - Calendário da seleção. O recurso será efetuado mediante petição dirigida ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, por meio de ofício enviado, dentro do prazo estabelecido, para o *e-mail* da seleção ppgh.ufc.edital@ufc.br. A resposta será enviada para o *e-mail* cadastrado pelo candidato no formulário eletrônico de inscrição deste processo seletivo.

6.1.3 Período de interposição de recurso concernente ao resultado da análise dos projetos de pesquisa e data de resposta ao recurso, verificar no ponto 4 - Calendário da seleção. O recurso será efetuado mediante petição dirigida ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, por meio de ofício enviado, dentro do prazo estabelecido, para o *e-mail* da seleção ppgh.ufc.edital@ufc.br. A resposta será enviada para o *e-mail* cadastrado pelo candidato no formulário eletrônico de inscrição deste processo seletivo.

6.1.4 Período de interposição de recurso concernente ao resultado da arguição oral e data de resposta ao recurso, verificar no ponto 4 - Calendário da seleção. O recurso será efetuado mediante petição dirigida ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, por meio de ofício enviado, dentro do prazo estabelecido, para o *e-mail* da seleção ppgh.ufc.edital@ufc.br. A resposta será enviada para o *e-mail* cadastrado pelo candidato no formulário eletrônico de inscrição deste processo seletivo.

6.2 Após a divulgação do resultado do processo seletivo, o candidato terá

direito à interposição de recurso, atendendo às normas da UFC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da divulgação do resultado, por meio de ofício enviado, dentro do prazo estabelecido, para o *e-mail* da seleção ppgh.ufc.edital@ufc.br.

6.4.1 Período de interposição de recurso concernente ao resultado da seleção e data de resposta ao recurso, verificar no ponto 4 - Calendário da seleção. O recurso será efetuado mediante petição dirigida ao Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, por meio de ofício enviado, dentro do prazo estabelecido, para o *e-mail* da seleção ppgh.ufc.edital@ufc.br. A resposta será enviada para o *e-mail* cadastrado pelo candidato no formulário eletrônico de inscrição deste processo seletivo.

6.3 – O Programa de Pós-Graduação em História não assume compromisso com a concessão de bolsas. Caso haja disponibilidade de bolsas, sua concessão deverá seguir a ordem de classificação e atender a critérios dos órgãos de fomento e da comissão de bolsas do Programa.

6.4 – O número final de aprovados poderá ser inferior ao de vagas estabelecido neste Edital.

6.5 – A divulgação dos resultados de cada fase da seleção se fará na Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História e na página eletrônica do Programa de História(<http://www.ppgh.ufc.br>).

6.1 – Uma comissão de heteroidentificação será montada para avaliação das inscrições, entrevistas com os candidatos e recursos relacionados às vagas de ações afirmativas, sendo soberana em suas decisões.



Prof. Dra. Ana Sara R P Cortez Irffi

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História –
UFC

ANEXO 1

Área de concentração do Programa: História Social

Adotar os pressupostos básicos dos estudos da História Social significa desenvolver procedimentos interpretativos que possibilitem estudar as formas pelas quais os sujeitos constituem seus modos de viver. Entende-se, assim, que a cultura se faz nas experiências dos enfrentamentos cotidianos, nas tensões e nos conflitos, nos consensos e dissensos socialmente engendrados, em criações e apropriações desenvolvidas como táticas e estratégias de poder. Desse modo, a cultura não é simplesmente um “esquema de percepção”, resultante ou regido por determinações atemporais ou lógicas abstratas. Entende-se que a cultura se faz na medida em que são vivenciadas as tramas da vida social.

Entre mudanças e permanências, as configurações culturais são práticas que se constituem em movimentos e situações envolvidas em relações de poder, como: pensamentos, ideias, sentimentos, reciprocidades, interesses, legitimidades, tradições, expectativas, narrativas, organizações familiares e de parentesco, relações de trabalho, exercícios de dominação e resistência, necessidades e valores. Se as relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza se fazem e se recriam como composições de sentido, linguagens, entendemos que não se pode separar os aspectos sociais e políticos de outros aspectos da existência humana, como suas ideias e crenças.

Trata-se de buscar compreender, a partir da configuração de objetos e pesquisa e recortes temáticos, todo um conjunto de práticas sociais vinculadas às estruturas e experiências históricas, enfocando as especificidades das fontes históricas e o desenvolvendo procedimentos próprios para interpretá-las. Isso significa que o ato de pesquisar deve realimentar uma reflexão contínua acerca da teoria como princípio organizativo do conhecimento. História Social, nesse sentido, pressupõe uma constante atividade crítica sobre os modos pelos quais os vestígios do passado são transformados em fontes históricas. A construção de recortes em tono das experiências sociais passa necessariamente por critérios metodológicos que devem ser explicitados e avaliados em suas conexões com as possibilidades de (re)construção do conhecimento. Está em pauta, portanto,

não somente o resultado da pesquisa, mas como se tornam possíveis as articulações que geram a própria escrita da história.

Assim, a Área de Concentração em História Social parte de problematizações sobre as experiências de sujeitos historicamente localizados, sem desprezar a própria historicidade desses conceitos, entendendo que se torna imprescindível perceber que os termos Social, Sujeito e História possuem trajetórias, não são categorias fora do tempo e, portanto, fazem parte das disputas através das quais as vias de entendimento sobre o passado foram se estabelecendo. Subjacente a esses supostos, é preciso considerar as tessituras culturais como construções ligadas aos trabalhos da memória, que, a partir de um complexo jogo de forças sociais, estão envolvidos em tramas de lembranças e esquecimentos.

Linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História

Cultura e poder

A linha de pesquisa produz conhecimento em torno das práticas culturais que se constituem na vivência das relações sociais. As experiências dos sujeitos são enfocadas como um campo de conflitos e tensões, marcado por várias táticas e estratégias de poder. Trabalhar com Cultura e Poder envolve um esforço de estudar a historicidade de instituições, organizações, valores, costumes, crenças, normas, expectativas, tradições, ideias, conceitos, ideais e sensibilidades que se configuram nas mudanças e permanências da vida social.

É nesse sentido que se desenvolvem reflexões sobre a especificidade das fontes de pesquisa. Nessa direção, a linha contempla abordagens em torno de reflexões sobre escritas, oralidades e imagens, considerando que, a partir dessas linguagens e de determinadas questões, abre-se um fértil campo de problematizações para a investigação das experiências sociais e políticas.

Entende-se, portanto, que há exigências específicas para o desenvolvimento de procedimentos interpretativos que levam em consideração os lugares de produção, circulação e consumo, com destaque para a historicidade das técnicas e dos materiais utilizados nas mais variadas formas de expressão cultural. Interessa a realização de pesquisas sobre as muitas relações entre a oralidade, o escrito e as imagens, e sobre os modos pelos quais as fronteiras entre essas manifestações foram compostas em determinadas circunstâncias. Importa trabalhar com a diversidade das configurações de saberes não somente em espaços institucionais ou oficiais, mas também com a multiplicidade de conhecimentos mais vinculados aos anseios e necessidades da vida cotidiana.

Outro campo de interesse é a configuração de espaços, em uma perspectiva que trabalha com as formas pelas quais sujeitos constroem espacialidades, territórios e fronteiras, na medida em que vivenciam valores e sensibilidades enredadas em tensões sociais. Nesse sentido, há um extenso leque de questões que envolvem o campo, a cidade e suas múltiplas relações, como os estudos sobre os imaginários do (e em torno do) sertão, as memórias e as sociabilidades do espaço urbano e rural ou a formação de lugares sagrados, festas e outras manifestações coletivas.

Trabalho e migrações

A linha de pesquisa baseia-se no entendimento de que as relações de trabalho constituem-se num campo permeado por jogos de poder, nos quais sujeitos historicamente situados criam e recriam suas tradições, fazendo-se entre mudanças e permanências, entre negociações e conflitos. Desse modo, o trabalho, entendido não somente como relações de produção, diz respeito às experiências das camadas populares em múltiplas dimensões do viver – movimentos reivindicatórios, lutas por direitos sociais e políticos, expressões culturais, rituais, lazer, organizações comunitárias e familiares. Os estudos dessas temáticas variadas – ligadas não apenas às formas institucionais de organização do trabalho e dos trabalhadores – trazem para o terreno do cotidiano a problemática do trabalho como dimensão constitutiva da vida social. Por outro lado, a migração e a convivência com ambientes culturais diferentes e/ou conflitantes são elementos constituintes da formação dos mundos do trabalho nas sociedades modernas. Assim, a experiência das migrações, ao mesmo tempo em que transforma espacialidades, se associa intimamente às trocas culturais, com seus ganhos e perdas, criações e recriações, em que significados tradicionais impregnam formas novas, assim como formas tradicionais se recompõem em novos significados, ampliando – se não mesmo deslocando – a noção de fronteira. Os migrantes carregam consigo tradições, formas de percepção sobre o poder, sobre o homem e sobre o cosmos, experiências de lutas, símbolos, imagens, religiosidades e, enfim, uma história que ultrapassa os limites formais, institucionais ou político-administrativos. Essa abordagem abre novas perspectivas de investigação por entendermos, inclusive, que esses processos migratórios constituem experiências sociais que perpassam a sociedade em vários planos. Pensando dessa forma as relações de trabalho, habilitamo-nos a desenvolver temáticas que problematizam modos de vida e de trabalho (na cidade e no campo) e os movimentos migratórios que historicamente têm marcado nossa experiência social.

Estudar os mundos do trabalho, a partir destes pontos de vista, significa abrir um amplo rol de possibilidades interpretativas em torno das vivências constituídas em períodos de estiagens (ou enchentes), nas epidemias, nas doenças e nas maneiras de tratá-las, nas estruturas de poder vinculadas à estrutura fundiária, nos relacionamentos com o meio ambiente, ou nas várias

dimensões do crescimento das cidades, como a formação da classe operária e as múltiplas táticas de sobrevivência de homens e mulheres das camadas subalternas.

Memória e temporalidade

As construções da memória são abordadas a partir das experiências vivenciadas em circunstâncias historicamente situadas. Interessa verificar as especificidades das composições mnemônicas em interação com interesses e valores que se fazem em jogos de esquecimento e lembrança.

Ganha centralidade o tratamento teórico e metodológico da memória na qualidade de objeto de reflexão histórica. Sendo assim, são valorizados estudos que problematizam os dispositivos pelos quais são articulados determinados usos do passado em demandas ancoradas em um presente igualmente determinado, incluindo abordagens de temas relativos ao patrimônio cultural, inventários, acervos, museus, bibliotecas, bem como as tradições, os hábitos, as oralidades, a cultura material, a escrita da história e os regimes de historicidade.

A constituição social de temporalidades abrange as variadas vias de composição dos lugares de memória, em sua ampla diversidade, que vai da dinâmica mais institucional ou administrativa aos movimentos da invenção do cotidiano. As composições de sentidos para o passado, a partir de variados territórios e múltiplas relações, tornam-se campo de investigação intimamente relacionado com as vias pelas quais sujeitos históricos (re)criam e experimentam acordos e conflitos nas relações sociais.

Nas múltiplas conexões entre o individual e o coletivo, os trabalhos da memória, quando examinados na complexidade da vida social, implicam experiências articuladas aos usos do passado, como possibilidade de apresentar acontecimentos que teriam sentidos de continuidade ou ruptura, inclusive com enfoque sobre dinâmicas identitárias e relações de pertencimento. Assim, valoriza-se o procedimento interpretativo apto a interrogar as vivências que creditam no passado sentidos e utilidades para o presente.

Juntamente com a problematização a respeito das operações da escrita e da oralidade, destacam-se os dispositivos da lembrança na historicidade dos objetos materiais, conservados em lugares de memória ou em situações cotidianas, tratadas como um conjunto variado de práticas que se constituem em divisões e valorizações das relações entre vivências do presente e recuperações do passado. Aborda-se, então, a possibilidade de estudos sobre memórias do corpo e das técnicas, entendidas como componentes significativos dos modos pelos quais ocorrem as

invenções das temporalidades que reivindicam, em situações determinadas, noções como atraso, progresso, antigo, moderno, tradição, inovação, decadência, etc.

ANEXO 2

Corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História

1. Almir Leal de Oliveira
2. Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo
3. Ana Rita Fonteles Duarte
4. Ana Sara Ribeiro Parente Cortez Irffi
5. Antonio Gilberto Ramos Nogueira
6. Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho
7. Carmen Margarida Oliveira Alveal
8. Cláudia Maria Freitas de Oliveira
9. Clovis Ramiro Jucá Neto
10. Eurípedes Antônio Funes
11. Francisco Régis Lopes Ramos
12. Franck Pierre Gilbert Ribard
13. Frederico de Castro Neves
14. Jailson Pereira da Silva
15. João Ernani Furtado Filho
16. Kênia Sousa Rios
17. Kleiton de Sousa Moraes
18. Leandro Santos Bulhões de Jesus
19. Meize Regina de Lucena Lucas
20. Samuel Carvalheira de Maupeou
21. Tyrone Apollo Pontes Cândido

ANEXO 3

Baremas

Avaliação da Carta de Intenções de Estudos e da proposta de pesquisa

Critério de avaliação	Pontuação Máxima
Adequação do tema e da abordagem à área de concentração e linha de pesquisa indicada na Carta de Intenções	4,0
Clareza na definição do objeto de investigação	4,0
Pertinência da bibliografia	1,0
Atualização e abrangência das fontes	1,0

Avaliação da arguição oral sobre Carta de Intenção de Estudos e proposta de pesquisa

Critério de avaliação	Pontuação máxima
Clareza e capacidade de articulação das ideias	4,0
Demonstração de que os objetivos da Carta são adequados à linha de pesquisa escolhida pelo candidato	4,0
Domínio das fontes utilizadas ou indicadas na Carta de Intenção de Estudos e proposta de pesquisa	1,0
Domínio da bibliografia utilizada na Carta de Intenções de Estudo e proposta de pesquisa	1,0

Análise do currículo (somente para fins de desempate)

Categorias	Itens pontuáveis	Pontuação	Máximo
Titulação	Diploma de mestrado	5,0	5,0
Grupos de pesquisa	Cada período de 12 meses de participação efetiva em grupos de pesquisa cadastrados no CNPq	0,2	1,0
Experiência profissional	Cada semestre letivo de exercício do magistério em ensino superior	0,2	1,0
	Cada semestre letivo de exercício do magistério em ensino médio ou fundamental	0,1	
	Cada período de 12 meses de experiência profissional pertinente à área de História	0,2	
	Cada período de 12 meses de experiência profissional em outras áreas que não a de História	0,1	0,3
Publicações nos últimos 5 anos	Artigo em periódico acadêmico, com classificação Qualis A1 ou A2 na área de História	2,7	2,7
	Artigo em periódico, Qualis B1 ou B2 em História	2,0	
	Artigo em periódico, Qualis B3 em História	1,3	
	Artigo em periódico, Qualis B4 em História	0,7	
	Artigo em periódico, Qualis B5 em História	0,5	
	Artigo em periódico, Qualis C em História	0,1	

Anexo 4

ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO TEXTO DE CARTA DE INTENÇÃO DE ESTUDOS E PROPOSTA DE PESQUISA

O texto de carta de intenção de estudos tem como objetivo conhecer melhor a perspectiva de formação e atuação profissional futura do candidato. Esse texto deverá ser em formato A4 com espaçamento 1,5 linhas com fonte Times New Roman 12, e entregue no ato de inscrição. Para os candidatos ao curso de Mestrado, o texto deverá ter no máximo 5 (cinco) páginas. O texto deverá conter os seguintes itens:

- 1 - Como tomou conhecimento deste programa de pós-graduação?
- 2 - Quais os motivos que o (a) levaram a escolher o PPGH?
- 3 - Caso tenha realizado trabalho de pesquisa de conclusão de curso, discorra sobre seu tema de pesquisa, metodologia e resultados obtidos e, se for o caso, outras experiências de pesquisa (apenas para os candidatos ao curso de Mestrado).
- 4 - Discorra sobre sua dissertação de Mestrado: tema, metodologia e resultados obtidos, e, se for o caso, outras experiências de pesquisa (apenas para os candidatos ao curso de Doutorado).

O texto da proposta de pesquisa tem como objetivo saber o interesse de estudo do candidato. Esse texto deverá ser em formato A4 com espaçamento 1,5 linhas com fonte Times New Roman 12, e entregue no ato de inscrição. Para os candidatos ao curso de Mestrado, o texto deverá ter no máximo 5 (cinco) páginas. O texto deverá conter os seguintes itens:

- 1- Quais os motivos que o (a) levaram a escolher a linha de pesquisa assinalada na ficha de inscrição?
- 2 - Descreva sucintamente sua proposta/interesse de pesquisa, apresentando tema, problema de pesquisa, fontes e bibliografia.
- 3 - Quais são as suas expectativas em relação ao programa e à sua formação?

Anexo 5

DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO – INDÍGENA

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____, candidato(a) ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, pelo Processo Seletivo 2020, DECLARO, que sou INDÍGENA e mantenho vínculo de participação na Comunidade _____, pertencente à Comunidade Indígena _____, mantendo laços familiares, econômicos, sociais e culturais com a referida comunidade.

Declaro, ainda, ter ciência de que as informações prestadas para o processo de análise da condição declarada por mim, com vistas ao ingresso pelo Sistema de Cotas, são de minha inteira responsabilidade e quaisquer informações inverídicas prestadas implicarão no indeferimento da minha solicitação e na aplicação de medidas legais cabíveis. Na hipótese de configuração de fraude na documentação comprobatória em qualquer momento, inclusive posterior à matrícula, assegurado a mim o direito ao contraditório e a ampla defesa, estou também ciente que posso perder o direito à vaga conquistada e a quaisquer direitos dela decorrentes, independentemente das ações legais cabíveis que a situação requerer. Por ser verdade, dato e assino.

Assinatura do(a) declarante

Local e data ____/____/____.

Anexo 6

DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO – QUILOMBOLA

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado(a) à _____,

candidato(a) ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, pelo Processo Seletivo 2020, DECLARO, que sou QUILOMBOLA, pertencente à Comunidade Quilombola _____, mantendo laços familiares, econômicos, sociais e culturais com a referida comunidade.

Declaro, ainda, ter ciência de que as informações prestadas para o processo de análise da condição declarada por mim, com vistas ao ingresso pelo Sistema de Cotas, são de minha inteira responsabilidade e quaisquer informações inverídicas prestadas implicarão no indeferimento da minha solicitação e na aplicação de medidas legais cabíveis. Na hipótese de configuração de fraude na documentação comprobatória em qualquer momento, inclusive posterior à matrícula, assegurado a mim o direito ao contraditório e a ampla defesa, estou também ciente que posso perder o direito à vaga conquistada e a quaisquer direitos dela decorrentes, independentemente das ações legais cabíveis que a situação requerer. Por ser verdade, dato e assino.

_____,
Assinatura do(a) declarante

Local e data _____/_____/_____